

DIREITO CIVIL



I SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Cipriano, brasileiro, viúvo, com domicílio em Buritis/MG, firmou contrato de compra e venda, em abril de 2018, de um imóvel localizado em Belo Horizonte/MG, com a Construtora Demolir LTDA. Quando da aquisição e entrega do imóvel, em junho de 2018, Cipriano não identificou nenhum problema aparente.

Em setembro de 2018, Cipriano locou o imóvel, sendo o contrato firmado por trinta meses. Ocorre que em janeiro de 2019 o locatário informou a Cipriano que o piso do apartamento começou a soltar em vários locais, tendo algumas das cerâmicas soltado completamente do chão.

Diante disto, Cipriano entrou em contato com a Construtora Demolir LTDA, no mesmo dia, para que esta tomasse as devidas providências. Exigiu que fosse feita uma vistoria no imóvel para localizar o motivo dos pisos estarem soltando, bem como que ela consertasse os danos causados pelo piso quebrado e fornecesse outra unidade para o locatário residir, enquanto os danos fossem sanados.

Contudo, a Construtora Demolir LTDA informou a Cipriano que não poderia resolver os problemas, pois o prazo de 90 dias para reclamação de problemas com o imóvel já teria se esgotado, de acordo com as regras do Código de Defesa do Consumidor.

Devido à precária situação do imóvel, o locatário o rescindiu o contrato em fevereiro de 2019. Cipriano ficou desesperado, pois o valor obtido com o aluguel serve para complementar sua pouca renda, contando ele já com oitenta anos de idade, necessitando do valor para adquirir seus remédios Ele então contratou um perito para elaboração de laudo técnico, no qual ficou constatado que os vícios foram causados por falhas na construção. Ainda assim, a Construtora Demolir LTDA continuou a se recusar a sanar o vício.

Considerando a situação hipotética apresentada, na qualidade de advogado(a) contratado(a) por Cipriano, redija a peça processual cabível em face dos acontecimentos descritos.



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	



61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	



91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	



121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



QUESTÃO 01

Cristiano, empresário, no ano de 2019, passou a fazer parte da lista de bilionários de uma famosa revista. Para comemorar, decidiu levar sua esposa, Márcia para assistir a uma apresentação única da melhor bailarina do mundo, na Rússia. Cristiano comprou as passagens e os ingressos para a apresentação. Contudo, houve um atraso muito grande no voo, ocasionado por uma falha no trem de pouso da aeronave, fazendo com que o casal perdesse a apresentação. Cristiano e Márcia ingressaram com ação contra a companhia aérea, pleiteando o reconhecimento da relação de consumo e requerendo indenização por danos morais e materiais. Na contestação, a companhia aérea alegou que a situação não se enquadrava no CDC, pois Cristiano não é considerado consumidor, devido à sua condição financeira privilegiada. Igualmente, alegou que não se verifica o requisito da vulnerabilidade e, ainda, alegou-se a ilegitimidade passiva de Márcia, pois quem adquiriu as passagens aéreas fora Cristiano. Na sentença, o Juiz reconheceu a não aplicação do Código de Defesa do Consumidor e a ilegitimidade ativa de Márcia. A respeito da situação narrada, julgue os itens abaixo.

- a) O Juiz acertou em sua decisão? Quais argumentos cabíveis para a defesa de Cristiano e Márcia, caso estivesse ele equivocado?
- b) Desconsiderando a hipótese de Embargos de Declaração, qual medida processual cabível para a defesa dos interesses do casal? Caso houvessem decisões interlocutórias durante o curso do processo, que não comportassem Agravo de Instrumento, qual a medida que os advogados deveriam tomar?



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



QUESTÃO 02

Orisvaldo, atualmente com 64 anos de idade, não possui condições de prover seu próprio sustento, passando por muitas dificuldades. Sua vizinha, sabendo que Orisvaldo tem dois filhos, Bruno e Luiza, o orientou ingressar com ação requerendo a prestação de alimentos deles. Orisvaldo, então, decidiu propor ação de alimentos em desfavor de Bruno, julgando que o filho tem economias mais robustas que a irmã, pleiteando o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

- a) Caso Bruno não tenha condições de arcar sozinho com o valor dos alimentos, pode sua irmã ser por ele chamada a responder pela obrigação?
- b) Qual deverá ser o valor atribuído à causa?



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26 27	
27	
28	
29	
30	



Direito Civil - Paulo Sousa

QUESTÃO 03

Marcos, viúvo, sem filhos, faleceu deixando vasto patrimônio. Tinha como parentes vivos seus avós paternos, Maria e João, sua bisavó materna, Catarina, e sua irmã, Mônica. Maria foi condenada criminalmente por cometer homicídio doloso contra o irmão de Marcos, Breno, conforme sentença transitada em julgado.

- a) Como será a sucessão de Marcos?
- b) Qual o prazo para demandar a exclusão do herdeiro e a partir de quando ele começa a contar?



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



QUESTÃO 04

Aline, locadora, e Pedro, locatário, firmaram contrato de locação de imóvel residencial urbano, pelo prazo de trinta meses. Após trinta e dois meses, Aline notificou Pedro para que desocupasse o imóvel em trinta dias. Contudo, passaram-se os trinta dias e Pedro continuou no imóvel. Aline decidiu ir até o local para retomar seu imóvel, porém, foi imediatamente expulsa por Pedro, de forma violenta, que além de se recusar a sair, não permitiu que Aline se aproximasse novamente do imóvel. Pedro alegou que agora ele o legítimo possuidor do imóvel e que pretendia usucapir o bem para si.

- a) Qual a medida processual cabível para que Aline retome a posse do imóvel?
- b) Para a retomada do imóvel, é necessário que Aline apresente algum motivo específico?



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



